

Agora, enfoque diplomático

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

A comissão de assessoramento presidencial para a negociação da dívida externa brasileira é, na realidade, o embrião do Ministério dos Negócios Exteriores, segundo informações conseguidas ontem no Palácio do Planalto pelo Estado e JT. Ao criar a comissão, segundo se explica no Palácio, o presidente José Sarney pensou na racionalidade, pois, a idéia básica é a de ter, no futuro, equipes distintas no governo, cuidando da política econômica interna e externa.

Segundo se entende no Palácio do Planalto, a condução da dívida externa é um bom começo para esta especialização. O Brasil vem-se ressentindo, há muito, de um tratamento mais profissional nas negociações da dívida externa. E é no Itamaraty onde estão os profissionais da negociação — daí a sua preponderância na composição da nova comissão que vai cuidar da dívida externa.

Um ministro de Estado, por melhor que seja — argumenta-se no Palácio do Planalto — pode não ser um bom negociador. Ele pode desconhecer algumas técnicas importantes e que são do domínio de um diplomata.

De um outro ângulo — lembra-se no Palácio do Planalto — a divisão da economia em duas áreas distintas — a interna e a externa — pode, inclusive, reforçar a soberania do País, na medida em que se torna muito mais difícil a representantes de interesses estrangeiros exercerem cobranças sobre aspectos da política econômica interna, quando seu interlocutor não é autor nem o responsável pela política interna, mas apenas o negociador. Os acordos sobre desarmamentos ou retirada de mísseis de determinadas áreas, feitos entre as potências, não são discutidos nem alinhavados pelos generais ou estrategistas militares, mas pela diplomacia dos países envolvidos — exemplifica-se. Tradicionalmente, nos maiores países do mundo, os acordos em quaisquer áreas são "costurados" pela diplomacia. E no Brasil não tem sido diferente. Exceção se fazia, apenas, à questão da dívida externa, cujos negociadores passaram a ser os ministros e autoridades responsáveis pela condução da

política econômica interna. E a prática demonstrou — segundo se afirma no Palácio do Planalto — que esta não foi uma boa solução, já que o Brasil vem pagando os mais altos spreads (taxas de risco) do mercado financeiro e nunca conseguiu uma negociação plurianual da dívida.

A idéia agora é dar um caráter profissional e uma dimensão política a esta negociação.

Embora presidindo a comissão, o ministro da Fazenda, Dílson Funaro, deverá exercer pouca influência nos trabalhos da Comissão da Dívida Externa. Na prática, o comando efetivo vai ficar a cargo do embaixador extraordinário, Ramiro Saraiva Guerreiro.

A escolha de um embaixador — segundo se explica no Planalto — era inevitável, pois torna-se preciso "um negociador exemplar", um profissional acostumado a lidar com toda a sorte de organismos internacionais, com autoridades de todos os países.

IRONIA

O assessor especial do presidente José Sarney, embaixador Rubens Ricupero, afirmou ontem que a criação da comissão da Dívida Externa é "um sinal eloqüente e concreto" de que o Brasil deseja uma solução rápida com os credores estrangeiros. Ele também afastou os rumores de que a comissão, mesmo criada no âmbito do Ministério da Fazenda, estaria tirando funções do ministro Dílson Funaro e, por isso, enfraquecendo-o perante os credores.

Já o deputado federal Delfim Netto (PDS-SP), ex-ministro do Planejamento, reagiu com ironia à criação dessa comissão. "Eu sempre soube que, quando não se quer resolver um problema, cria-se uma comissão para cuidar dele", afirmou. Delfim, apesar de elogiar a designação do ex-colega do Ministério Figueiredo para o comando da comissão, referiu-se a ele pelo apelido do tempo em que foi ministro das Relações Exteriores: "Soneca". O senador Roberto Campos (PDS-MT), por sua vez, lembrou que Saraiva Guerreiro era o líder do "tercetromundismo" no Itamaraty, responsabilizando-o pelos empréstimos a Angola e Moçambique, países contra os quais o Brasil está "endurecendo" para cobrar a dívida.